



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de encerramento dos cursos de inteligência e de formação básica em inteligência II da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar

CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS

HUMANOS DA SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA, BRASÍLIA, DF,

5 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso; Senhores Ministros de Estado que nos dão a honra de estarem conosco aqui; Senhora Diretora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Subsecretaria de Inteligência, Dona Marisa Dell'Isola Diniz; Senhores Participantes do Curso de Aperfeiçoamento de Inteligência e de Formação Básica; Senhoras e Senhores;

A professora Marisa Diniz já salientou que é a primeira vez que um Presidente da República participa desta solenidade. E eu aqui vim expressamente com o desejo de deixar muito claro – o General Alberto Cardoso sabe disso – um sinal de tempos novos, um sinal de um país, hoje, democrático, sob a égide de uma Constituição livremente votada, que reconhece a necessidade e a importância de o Estado brasileiro dispor de técnicos e profissionais competentes na área de inteligência.

Hoje, as diretrizes já foram muito claramente expostas, e o General Cardoso, não só como Chefe da Casa Militar, mas como, interi-

namente, Chefe da Secretaria de Assuntos de Inteligência já expôs, também, aos senhores quais são essas diretrizes do Governo.

Nós acreditamos, e assim determinamos, que os serviços de inteligência do Estado não podem ser contaminados por uma visão ideologizada do processo político e do processo social brasileiro. Estamos numa outra fase da vida brasileira, na qual todas as ações do Governo não só têm que ser compatíveis com a Constituição e com o desejo do povo, mas também delas devem ser prestadas em sua integralidade contas ao País, pelos meios de opinião pública, pelo Congresso, enfim, pelos meios adequados.

Talvez possa parecer, por isso mesmo, um tanto inusitado que uma cerimônia de formação de especialistas em inteligência se realize diante da imprensa, da mídia escrita, da televisiva, da imprensa em geral. Nós estamos aqui com uma outra concepção do que seja inteligência. São ações que se fazem não à margem, mas de forma absolutamente definida, dentro do aparelho do Estado e com o prestígio necessário dado pelo setor político, pelo Governo, para que tenham cabida dentro do contexto de um país que tem decisão muito clara de negociar seu futuro abertamente, com a sociedade, com o Congresso, com as forças mais representativas da Nação.

Nesse contexto, não caberia pensar num serviço de inteligência que fosse enviesado, a partir de uma ótica que não aquela definida pela Constituição e que está, hoje, muito encarnada no Estado brasileiro.

Trata-se de uma ação que tem que ser rigorosamente apartidária. Isso não é novidade: as Forças Armadas têm que ser rigorosamente apartidárias; o serviço exterior do Brasil também e, da mesma maneira, a Polícia Federal e outros órgãos típicos de Estado têm que ser rigorosamente apartidários.

Uma coisa é a convicção de cada um como cidadão; outra é uma instituição do Estado que, pela sua sensibilidade, detém informações. Essa instituição não pode ser utilizada para serviços de grupos específicos do País – e são todos legítimos. Nem o Presidente da República, na sua responsabilidade máxima, poderá utilizar a informação com fins partidários. Ou o Presidente entende a sua função como

Chefe de Estado, ou, então, ele decepçiona aqueles que votaram nele, porque não votaram para que ele seja chefe de uma facção: votaram para que ele, apesar de ser eleito por uma facção, se torne – no momento em que é qualificado para ser Chefe de Estado, que recebe essa atribuição do povo e presta juramento – o Chefe de toda a Nação e o Chefe do Estado. Por consequência, não lhe cabe o direito de se utilizar das informações senão em benefício do próprio Estado, nunca em benefício de qualquer organização partidária.

Se o próprio Presidente está limitado eticamente por essa posição, com muito mais forte razão todos aqueles que trabalham em certos serviços, como o de inteligência do Estado, têm que estar também submetidos a essa mesma norma.

Os serviços são, portanto, parte do Estado, são órgãos do Estado brasileiro, têm o seu lugar definido claramente dentro da nossa estrutura do Estado. E não se confundem, por sua vez, com o serviço que tem o poder de polícia judiciária. Não existe nenhum mandato operacional, não existe nenhum mandato no sentido de que o serviço de informação substitua outros órgãos do Estado, estes, sim, com essa capacidade de ter o poder de polícia judiciária – ou de polícia de um modo mais geral, submetidos, neste caso, ao Ministro da Justiça. Há, aqui, uma definição clara, como órgãos de Estado, de funções, de competências, de limites de atribuição.

Acredito, mesmo, que, por essa específica característica, esses serviços de inteligência – como já foi aqui ressaltado, tanto pela aluna que falou em nome dos formandos, como pela Diretora do Centro de Formação de Recursos Humanos – têm uma especificidade de grande importância, porque eles se referem a conhecimento. São órgãos que produzem informação, que elaboram informação e que oferecem ao Presidente da República as informações pertinentes, para que ele possa cumprir o seu mandato constitucional de defender os interesses nacionais.

Claro, poderá haver sempre certas dúvidas sobre qual seja o interesse nacional, mas essa dúvida é dirimida pelo Congresso e pelo Governo, não pelos órgãos que servem de instrumento para que te-

nhamos a informação. Cabe a nós, por outras características do nosso sistema político e democrático, chefes de Governo, homens de governo e do Congresso – e, se houver dúvida, mais adiante, do Judiciário – entrarmos na matéria propriamente quanto à qualidade e à orientação do interesse nacional.

Mas há uma série de informações que, obviamente, dizem respeito ao interesse nacional e são tratadas pelos órgãos de inteligência, que devem ser capacitados para isso. Daí esses cursos de formação, de treinamento, de aperfeiçoamento. Como também já foi aqui lembrado, num mundo globalizado não deixam de existir os interesses nacionais. Eles se colocam com maior complexidade, têm que se haver com uma cena muito mais complexa do que a cena que existia quando cada Estado nacional, de alguma maneira, se isolava diante dos outros Estado nacionais e não havia essas áreas imensas de interação, de interface, que hoje há, num mundo globalizado, entre os vários Estados nacionais e os vários interesses que, de alguma maneira, também têm de abranger os interesses mais gerais da humanidade, os interesses mais universais.

Essa dialética complexa entre os interesses universais, legítimos, não pode, entretanto, obscurecer a existência específica de interesses nacionais. Se imaginássemos que, em função da globalização, desaparecem os nossos interesses próprios, estaríamos sendo simplesmente ingênuos. Os nossos interesses próprios existem e se redefinem, tomando, naturalmente, em consideração essa nova dimensão da convivência internacional existente. E, mais ainda, como essa nova convivência internacional, em larga medida, foi redefinida em função do modo de produzir, alguns conhecimentos tornaram-se estratégicos, para que nós possamos, efetivamente, levar adiante e implementar os nossos próprios interesses.

Quem não dispuser de *know-how*, de competência, de informação em áreas sensíveis, no que diz respeito à produção tecnológica, à organização dos grandes sistemas produtivos, às formas de comunicação, que se modernizaram e têm atualidade e rapidez imensas, não terá condição de, efetivamente, defender o interesse nacional. Defen-

de o interesse nacional não quem tem a retórica do interesse nacional, mas quem tem o conhecimento e a competência para saber recolocar-se diante dos desafios concretos do mundo contemporâneo.

As tarefas, portanto, se tornaram ainda mais sofisticadas, e todos os serviços de inteligência contemporâneos são serviços lindeiros com a universidade, lindeiros com o conhecimento. É preciso que tenhamos, portanto, aperfeiçoamento crescente e uma interação crescente com a universidade e com a empresa, porque a empresa cada vez produz mais – a empresa privada e a empresa pública, que são os autores do desenvolvimento tecnológico.

Essa interação precisa ser constante e clara. E é por isso mesmo que, para os órgãos de informação terem eficácia, eles devem ser legitimados na ordem democrática.

A minha presença aqui tem esse significado simbólico. A nossa presença tem o significado simbólico de dizer que, num país democrático, esses serviços são parte do Estado e têm que ser, portanto, partícipes da elaboração de um conjunto de decisões, têm que informar essas decisões e que estar em permanente interação com a sociedade brasileira e com os órgãos de comunicação, na medida, naturalmente, da discricção necessária, em várias matérias; mas têm que estar sempre prontos a explicar o porquê de certas atitudes, de certas formas de definir aquilo que é interessante para o Estado nacional.

Nada disso será feito sem que exista um componente – já aqui também ressaltado – muito forte de uma ética específica. O nosso mundo moderno é um mundo em que – exatamente porque é desafiador, exatamente porque exige uma interação constante entre os vários segmentos da sociedade e entre as sociedades – a informação passa a ser central para a definição dos interesses de cada um dos segmentos e do interesse nacional. Só poderemos funcionar adequadamente, cada um em sua especificidade, se formos capazes de entender que há limites éticos, tanto na obtenção quanto na transmissão da informação. Isso é fundamental.

E os canais têm que ser canais claros, desobstruídos, democráticos, reconhecidos, e não pode ser usada a informação senão para os

fins sancionados pelo Estado Democrático de Direito e pela nossa Constituição.

É com esse espírito – e com a ação eficaz do General Cardoso, com o apoio que tem recebido de todos os que aqui trabalham, com a participação do Governo na compreensão desses processos todos – que, acredito, vamos aperfeiçoar crescentemente os órgãos de inteligência e dar-lhes a importância merecida.

E a sociedade brasileira, à medida que os órgãos de inteligência assumirem essa nova função, saberá também reconhecer o papel, o significado da importância e os limites dos órgãos de informação.

Eu queria, depois de ter feito esses esclarecimentos que me parecem eram necessários para justificar os novos tempos e a minha presença aqui, dizer aos senhores, também, que me junto aos votos feitos àqueles que hoje se formam, para que continuem se aperfeiçoando, para que vão para as universidades, que aprendam cada vez mais e sigam – como sei que seguirão – as determinações que acabo de anunciar, que não são nada mais, nada menos do que aquilo que me parece ser o fundamental na atitude dos órgãos de inteligência, numa sociedade aberta, pluralista e democrática.

Quero agradecer o que já foi feito aqui, reiterar meus agradecimentos a todos os que cooperaram para a realização desses cursos, mas, muito especialmente, dar o meu abraço e desejar boa sorte a todos os que se formaram.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.